**CPI contra Padre Júlio faz caridade virar crime na cidade com 25% da população de rua do país**

"No fim, virá do [padre Júlio](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602920-covas-diz-que-trabalho-de-julio-lancellotti-e-incomodo-necessario) um carão nos indiferentes, artífices do descarte das periferias sobrantes, com a sobranceira autoridade dos que não arredam do compromisso de manter-se sempre junto dos pobres para humanizar-se com eles".

O artigo é de [José Geraldo de Sousa Junior](https://www.ihu.unisinos.br/632788-a-constituicao-da-democracia-em-seus%20-35-anos-artigo-de-jose-geraldo-de-sousa-junior), ex-reitor da Universidade de Brasília, período 2008-2012. É membro da Ordem dos Advogados do Brasil, professor titular da Universidade de Brasília, coordenador do projeto**O Direito Achado na Rua**, publicado por **Jornal Brasil Popular**, 04-01-2024.

**Eis o artigo.**

O título da matéria é o da chamada de um entre dezenas de vídeos e outro tanto de notícias que não escondem a perplexidade diante de uma **CPI**, iniciativa de vereador do **União Brasil**, que obteve assinaturas suficientes para a instalar em fevereiro na **Câmara Municipal de São Paulo** tendo como [principal alvo a atuação do padre Júlio Lancellotti](https://www.ihu.unisinos.br/635700-nota-oficial-do-padre-julio-lancellotti-sobre-cpi-e-a-pastoral-de-rua) na região central da capital, mais especificamente na cracolândia, e a relação dele com entidades (ONGs) que atuam em defesa da população de rua, na capital paulista.

Felizmente, o teor das primeiras manifestações no plano do social é de forte solidariedade ao **trabalho pastoral do padre Júlio**. Solidariedade não apenas política, mas também material, mobilizada para dar sustentabilidade ao serviço fraterno e misericordioso, para usar linguagem missionária, ao serviço que promove.

Eu próprio, principalmente aqui neste espaço do Jornal Brasil Popular, em coluna que assino – **O Direito Achado na Rua** – tenho dado atenção a seu admirável trabalho, conforme seguidas manifestações de testemunho: [aqui](https://www.brasilpopular.com/o-stf-e-a-acao-consciente-contra-a-aporofobia-oasco-a-pobreza); [aqui](https://www.brasilpopular.com/populacao-em-situacao-de-rua-estado-de-coisas-inconstitucional/); [aqui](https://www.brasilpopular.com/lei-padre-julio-lancellotti-e-a-proibicao-de-obstaculos-contra-pessoas-em-situacao-de-rua/); e [aqui](https://www.brasilpopular.com/humanizar-se-estando-ao-lado-dos-pobres/), que inclui o registro do significado de sua atuação e de reconhecimentos, até do parlamento paulista que distinguem a obra de mérito do pároco devoto do santo negro amigo dos pobres **Martinho de Porres**, ou **Martinho de Lima**.

Com meu colega **Daniel Seidel**, da **Comissão Justiçae Paz de Brasília**, recebemos por duas vezes o padre [Júlio Lancellotti](https://www.ihu.unisinos.br/580020), em nosso programa **Conversa de Justiça e Paz**. Em ambos os encontros a motivação foi o lançamento das mensagens do **Papa Francisco**, para o [Dia Mundial dos Pobres](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/568635-1-dia-mundial-dos-pobres-19-de-novembro-mensagem-do-papa-francisco), marcando nessas conversas que pensar nos pobres com disponibilidade sensível, é ter em mente o modo como o Padre Lancelotti exercita a sua vocação pastoral, na mais espontânea e misericordiosa disposição de fraternidade: “Sinto-me humanizado. Eu sinto que estou do lado que Jesus gostaria que eu estivesse”.

Ainda nesse ano de 2023, que findou, no espaço agora dos **Diálogos de Justiça e Paz** que a **Comissão de Justiça e Paz de Brasília** (**CJP**), a **Comissão Brasileira de Justiça e Paz** (**CBJP**) e o **OLMA – Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida** (**Jesuítas**), a conversa teve como tema **Os pobres e o futuro da humanidade: o pedido de reconexão do Papa Francisco**, num diálogo compartilhado por **Gilberto Carvalho**, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, o Padre **Miguel Martins**, responsável pelo Centro Cultural Brasília e **Ana Paula Inglez Barbalho**, vice-presidenta da Comissão de Justiça e Paz de Brasília, responsável por mediar o encontro, que teve grande repercussão.

[**Matéria de Tatiana Py Dutra**](https://movimentorevista.com.br/2024/01/camara-de-sp-instalara-cpi-para-investigar-padre-julio), publicada neste 3 de janeiro, aventa a hipótese de que a CPI “proposta por ex-integrante do **MBL**, investigação visa buscar irregularidades na atuação do religioso para associá-las a pré-candidato do **PSOL** à prefeitura”.

Segundo o teor da matéria “É notório o histórico de [perseguição de ex-integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) contra o padre Júlio Lancellotti](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631820-padre-julio-recebe-nova-ameaca-e-desperta-onda-de-solidariedade-nas-redes-sociais). Em 2020, o ex-deputado paulista [Arthur do Val](https://www.ihu.unisinos.br/602919) alardeou uma suposta troca de mensagens entre o religioso e um menor de idade, o que sugeria o crime de **pedofilia**. Tudo não passava de uma armação. Mas o expediente persecutório e calunioso contra o padre segue vivo e ganha novas formas”. No fundo, pois, diz a jornalista, “a intenção da investigação é encontrar alguma informação desabonadora sobre o padre para relacioná-la com **Guilherme Boulos** (**PSOL**), pré-candidato à prefeitura de São Paulo”, para “beneficiar a campanha para reeleição e pré-candidaturas que o **União Brasil** apoia”.

Ora, **Comissões Parlamentares de Inquérito** constitucionalmente devem ser criadas para apurar fato determinado, especificamente apontado no momento de sua criação; não se pode criar CPIs para investigações genéricas, abstratas; sendo certo, não obstante a esfera de autonomia e de reserva de poderes, que essa importante função de investigação legislativa, fique imune ao controle de legitimidade de seus atos pelo **Poder Judiciário** e ao dever de motivar e de estabelecer a justa causa de sua instalação e de suas decisões, quando afetem direitos e garantias fundamentais.

De acordo com a seção **Painel da Folha de S.Paulo**, os principais alvos de investigação da **CPI das ONGs** serão o **Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto** (**Bompar**) e o **coletivo Craco Resiste**. Ambas as organizações dedicam-se ao apoio à **população em situação de rua** e dependentes químicos. O **Bompar**, uma entidade filantrópica associada à igreja católica, tem ligações anteriores com o **padre Júlio**, que já foi conselheiro da instituição. O **Craco Resiste**, por sua vez, atua na luta contra a violência policial na região conhecida como Cracolândia.Em dezembro, o padredeclarou à coluna que não possui qualquer influência sobre essas organizações e não colabora em projetos conjuntos com elas. Ele enfatizou a autonomia das entidades, destacando que possuem diretorias, técnicos e funcionários independentes: ‘A Câmara tem direito de fazer uma CPI, mas vai investigar e não vai me encontrar em nenhuma das duas’”.

Ainda conforme a seção Painel, “vereadores denunciam bolsonarista por [perseguição a padre Júlio Lancellotti](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635671-sp-articulacao-para-instalar-cpi-contra-padre-julio-lancellotti-tem-repercussao-negativa)”, uma vez que “a primeira é uma entidade filantrópica ligada à igreja católica da qual o padre Júlio já foi conselheiro. A segunda atua contra a violência policial na região da cracolândia”. E que “o padre Júlio afirmou em dezembro ao Painel, da Folha, que não tem qualquer incidência sobre as entidades e não atua em projetos conjuntos com elas”.

Homem de Igreja, o **padre Júlio** segue a diretriz pastoral a que exorta o **Papa**, que em suas mensagens sobre a necessidade “de um sério e eficaz compromisso político e legislativo”. Segundo ele,“não obstante os limites e por vezes as lacunas da política para ver e servir o **bem comum**, possa desenvolver-se a solidariedade e a subsidiariedade de muitos cidadãos que acreditam no valor do compromisso voluntário de dedicação aos pobres. Isto, naturalmente sem deixar de estimular e fazer pressão para que as instituições públicas cumpram do melhor modo possível o seu dever. Mas não adianta ficar passivamente à espera de receber tudo «do alto». Quem vive em condição de pobreza, seja também envolvido e apoiado num processo de mudança e responsabilização”.

Tarefa árdua. Missionariamente abraçada pelo padre **Julio Lancellotti**. Apesar de muito reconhecimento – só em 2021, o padre Júlio recebeu pelo menos três reconhecimentos: o **prêmio Zilda Arns**, criado pela **Câmara dos Deputados** em 2017 para reconhecer pessoas e instituições que trabalham ativamente em defesa dos direitos das pessoas idosas; o **7º Prêmio Dom Paulo Evaristo Arns**, da **Prefeitura de São Paulo**, tendo alcançado um número recorde de indicações – 15.598 de um total de 16.643, seguindo um processo de escolha feito por meio de um edital de chamamento público, com um formulário online aberto à sociedade civil; e agora em novembro, o **Colar de Honra ao Mérito**, a mais alta honraria da **Assembleia de SP** por sua ação em face da **pandemia de Covid-19** e pela defesa de direitos humanos. E mais recentemente, a sanção de uma lei federal que leva seu nome, porque veda o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público.

Daí que ele, com o **Papa**, ponham em causa, para além da mobilização das consciências, “o desfio que os governos e as instituições mundiais precisam de perfilhar, com um modelo social clarividente, capaz de enfrentar as novas formas de pobreza que invadem o mundo” pois “se os pobres são colocados à margem, como se fossem culpados da sua condição, então o próprio conceito de democracia é posto em crise e fracassa toda e qualquer política social”. Por isso o **Padre Júlio**, em sessão convocada pela Câmara dos Deputados para marcar a **Fraternidade e Amizade Social: 1 Ano da Carta Encíclica Fratelli**, tenha reivindicado a taxação de grandes fortunas e garantia de água (potável) para os pobres e carentes.

Para essa convocação deveria estar mobilizado o parlamento municipal paulista. Para confrontar os desafios da emancipação, da inclusão e da cidadania. Não para **criminalizar o Padre Júlio** e fazer “caridade virar crime na cidade com 25% da população de rua do país”. Aliás, foi o que eu propugnei na Câmara Federal, em meu depoimento na [CPI que intentava criminalizar o MST](https://www.brasilpopular.com/cpi-do-mst-contexto-e-diagnostico-da-situacao-agraria-brasileira/) – um autêntico movimento social.

Sabemos o resultado. O social reagiu a essa disposição e revelou que a justiça e o legislativo não devem agir como serpentes que picam pés descalços (a quem diga que a frase original é de **Eduardo Galeano**). A **CPI do MST** esvaziou-se melancolicamente e teve efeito paradoxal. Revelou o que pode e faz a cidadania, quando o institucional colapsa e se apequena.

No fim, virá do **padre Júlio** um carão nos indiferentes, artífices do descarte das periferias sobrantes, com a sobranceira autoridade dos que não arredam do compromisso de manter-se sempre junto dos pobres para humanizar-se com eles.

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635737-cpi-contra-padre-julio-faz-caridade-virar-crime-na-cidade-com-25-da-populacao-de-rua-do-pais>